FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Diretor
Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Airton Lugarinho de Lima Camara, Alexandre Lima, Elizabeth Cancelli, Estevão Chaves de Rezende Martins, Henryk Siewierski, José Maria Gonçalves de Almeida Júnior, Moema Malheiros Pontes, Reinhardt Adolfo Fuck, Sérgio Paulo Rouanet e Sylvia Ficher

Norman Fairclough

Discurso e mudança social

Coordenadora da tradução
Izabel Magalhães

Revisão técnica e prefácio à edição brasileira
Izabel Magalhães

Equipe editorial: Airton Lugarinho (Supervisão editorial); Rejane de Meneses (Acompanhamento editorial); Izabel Magalhães, André R. N. Martins, Carla Rosane Zório, Célia M. L. Mota, Janaína Saraiva de Aquino, Josênia Vieira, Maria Christina Diniz Leal, Sandra da Rocha M. de Oliveira (Equipe de tradução); Gilvam Joaquim Cosmo e Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli (Preparação de originais, revisão e índice); Eugênio Felix Braga (Editoração eletrônica); Wagner Soares (Capa).

Título original: *Discourse and social change*
Copyright © 1992 *by* Norman Fairclough
Copyright © 2001 *by* Editora Universidade de Brasília, pela tradução
Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
SCS Q. 02 Bloco C Nº 78 Ed. OK 2º andar
70300-500 – Brasília-DF
Tel: (0xx61) 226-6874
Fax: (0xx61) 225-5611
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Fairclough, Norman
F165 Discurso e mudança social / Norman Fairclough; Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2001.
316 p.
Tradução de : Discourse and social change.
ISBN 85-230-0614-1

1. Sociolingüística. 2. Análise do discurso. 3. Mudança social. I. Magalhães, Izabel. II. Título.

CDU 801
801:301

Para minha mãe, e em memória de meu pai.

relação aos efeitos de poder e às possibilidades de resistência, à constituição dos sujeitos sociais, seja aos valores sociais e culturais associados com os gêneros particulares, tal como o aconselhamento. Isso pode também ajudar a relacionar os enunciados gerais sobre a mudança social e cultural aos mecanismos e às modalidades precisas dos efeitos da mudança na prática.

Capítulo 3

Teoria social do discurso*

Neste capítulo, apresento uma concepção de discurso e um quadro teórico para a análise de discurso que será elaborado e ilustrado no decorrer do livro. Minha abordagem é determinada pelos objetivos estabelecidos na Introdução: reunir a análise de discurso orientada lingüisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que será adequado para uso na pesquisa científica social e, especificamente, no estudo da mudança social. Os dois primeiros capítulos identificaram várias realizações e limitações do trabalho anterior, e o Capítulo 3 foi escrito à luz de tal discussão sem se basear diretamente aí. Inicio com uma discussão do termo 'discurso', e em seguida analiso o discurso num quadro tridimensional, como texto, prática discursiva e prática social. Essas três dimensões de análise são discutidas uma a uma, e concluo estabelecendo minha abordagem para a investigação da mudança discursiva em sua relação com a mudança social e cultural.

Discurso

Quero focalizar a linguagem e, conseqüentemente, uso 'discurso' em um sentido mais estreito do que os cientistas sociais geralmente fazem ao se referirem ao uso de linguagem falada ou escrita. Usarei o termo 'discurso' no qual os lingüistas tradicio-

* Tradução de Izabel Magalhães.

nalmente escrevem sobre o 'uso de linguagem', *parole* (fala) ou 'desempenho'. Na tradição iniciada por Ferdinand de Saussure (1959), considera-se a fala como não acessível ao estudo sistemático, por ser essencialmente uma atividade individual: os indivíduos usam uma língua de formas imprevisíveis, de acordo com seus desejos e suas intenções, uma *langue* (língua) que é em si mesma sistemática e social. Os lingüistas nessa tradição identificam a *parole* para ignorá-la, pois a implicação da posição saussureana é que qualquer estudo sistemático da língua deve ser um estudo do próprio sistema, da *langue*, e não de seu 'uso'.

A posição de Saussure é atacada firmemente pelos sociolingüistas que afirmam ser o uso de linguagem moldado socialmente e não individualmente. Eles argumentam que a variação no uso de linguagem é sistemática e acessível ao estudo científico e que aquilo que o torna sistemático é sua correlação com variáveis sociais: a língua varia de acordo com a natureza da relação entre os participantes em interações, o tipo de evento social, os propósitos sociais das pessoas na interação, e assim por diante (Downes, 1984). Isso representa claramente um avanço na tradição saussureana dominante na lingüística regular, mas tem duas limitações principais. Primeiro, a ênfase tende a ser unilateral sobre como a língua varia segundo fatores sociais, o que sugere a existência de tipos de sujeito social, de relações sociais e de situação bastante independentes do uso de linguagem, e a exclusão da possibilidade de o uso de linguagem realmente contribuir para sua constituição, reprodução e mudança. Segundo, as 'variáveis sociais' que são consideradas como correlacionadas a variáveis lingüísticas são aspectos das situações sociais de uso lingüístico relativamente superficiais, além de não haver uma compreensão de que as propriedades do uso de linguagem podem ser determinadas em um sentido mais global pela estrutura social em um nível mais profundo – as relações sociais entre as classes e outros grupos, modos em que as instituições sociais são articuladas na formação social, e assim por diante – e podem contribuir para reproduzi-la e transformá-la.

Ao usar o termo 'discurso', proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem

várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. Trata-se de uma visão do uso de linguagem que se tornou familiar, embora freqüentemente em termos individualistas, pela Filosofia lingüística e pela Pragmática lingüística (Levinson, 1983). Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante. Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados. Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo. Aqui está a importância da discussão de Foucault sobre a formação discursiva de objetos, sujeitos e conceitos. O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.

Podemos distinguir três aspectos dos efeitos construtivos do discurso. O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos' sociais e os tipos de 'eu' (ver Henriques *et al.*, 1984; Weedon, 1987). Devemos, contudo, recordar a discussão de Foucault sobre essa questão no Capítulo 2 e as minhas observações aí quanto à ênfase na posição construtivista. Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses três efei-

tos correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso – o que denominarei as funções da linguagem 'identitária', 'relacional' e 'ideacional'. A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. As funções identitária e relacional são reunidas por Halliday (1978) como a função interpessoal. Halliday também distingue uma função 'textual' que pode ser utilmente acrescentada a minha lista: isso diz respeito a como as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário, tomadas como dadas ou apresentadas como novas, selecionadas como 'tópico' ou 'tema', e como partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes do texto, e à situação social 'fora' do texto.

A prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la. Por exemplo, as identidades de professores e alunos e as relações entre elas, que estão no centro de um sistema de educação, dependem da consistência e da durabilidade de padrões de fala no interior e no exterior dessas relações para sua reprodução. Porém, elas estão abertas a transformações que podem originar-se parcialmente no discurso: na fala da sala de aula, do parquinho, da sala dos professores, do debate educacional, e assim por diante.

É importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida, de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção do social no discurso. No primeiro caso, o discurso é mero reflexo de uma realidade social mais profunda; no último, o discurso é representado idealizadamente como fonte do social. O último talvez seja o erro mais imediatamente perigoso, dada a ênfase nas propriedades constitutivas do discurso em debates contemporâneos. Vamos tomar um exemplo para ver como esse erro

pode ser evitado sem pôr em risco o princípio constitutivo. A relação entre pais e filhos na família, a determinação das posições de 'mãe', 'pai' e 'filho(a)' que são socialmente disponíveis, como também a localização de indivíduos reais nessas posições, a natureza da família e do lar são todas constituídas parcialmente no discurso, como resultados cumulativos (e de fato contraditórios) de processos complexos e diversos de conversa e escrita. Isso poderia levar facilmente à conclusão idealista de que realidades do mundo social como a família simplesmente emanam das cabeças das pessoas. Entretanto, há três ressalvas que juntas contribuem para bloquear isso. Primeiro, as pessoas são sempre confrontadas com a família como instituição real (em um conjunto limitado de formas variantes) com práticas concretas, relações e identidades existentes que foram elas próprias constituídas no discurso, mas reificadas em instituições e práticas. Segundo, os efeitos constitutivos do discurso atuam conjugados com os de outras práticas, como a distribuição de tarefas domésticas, o vestuário e aspectos afetivos do comportamento (por exemplo, quem é emotivo). Terceiro, o trabalho constitutivo do discurso necessariamente se realiza dentro das restrições da determinação dialética do discurso pelas estruturas sociais (que, nesse caso, incluem a realidade das estruturas da família, mas as ultrapassam) e, como argumentarei a seguir, no interior de relações e lutas de poder particulares. Assim, a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas.

Uma perspectiva dialética também é um corretivo necessário a uma ênfase indevida na determinação do discurso pelas estruturas, estruturas discursivas (códigos, convenções e normas), como também por estruturas não-discursivas. Desse ponto de vista, a capacidade da palavra 'discurso' de referir-se às estruturas de convenção que subjazem aos eventos discursivos reais, assim como aos próprios eventos, é uma ambigüidade feliz, mesmo se de outros pontos de vista possa gerar confusão. O estruturalismo (representado, por exemplo, pela abordagem de Pêcheux descrita no Capítulo 1) trata a prática discursiva e o evento discursivo como meros exem-

individual ou o código: muitos eventos discursivos manifestam uma orientação para configurações de elementos do código e para seus limites, para que se possa considerar como regra o evento discursivo existente (mas especial) construído da concretização normativa de um único código. Um exemplo seria 'gêneros mistos', que combinam elementos de dois ou mais gêneros, tais como o 'bate-papo' em *shows* da televisão, que é parte conversação e parte entretenimento e desempenho (ver Tolson, 1990, para uma análise do 'bate-papo'). Entretanto, usarei o termo foucaultiano 'ordem de discurso' de preferência a interdiscurso, porque sugere mais claramente os tipos de configuração que tenho em mente.

Vamos usar o termo mais frouxo 'elemento' e não código ou a formação para as partes de uma ordem de discurso (falarei da natureza desses elementos a seguir). Contrariamente a abordagens baseadas em teorias da adequação, onde se supõe uma relação única e constante de complementaridade entre os elementos, suponho que a relação pode ser ou tornar-se contraditória. Os limites entre os elementos podem ser linhas de tensão. Tomem-se, por exemplo, as diversas posições de sujeito de um indivíduo nos diferentes ambientes e atividades de uma instituição, em termos da dispersão do sujeito na formação de modalidades enunciativas, segundo Foucault (ver, no Capítulo 2, o item "A formação de modalidades enunciativas"). É possível que os limites entre os ambientes e as práticas sejam tão naturalizados que essas posições de sujeito sejam vividas como complementares. Em diferentes circunstâncias sociais, os mesmos limites poderiam tornar-se foco de contestação e luta, e as posições de sujeito e práticas discursivas associadas a eles poderiam ser consideradas contraditórias. Por exemplo, os alunos podem aceitar que as narrativas da experiência própria, em seus próprios dialetos sociais, sejam 'adequadas' a seções das aulas destinadas à discussão, mas não a seções destinadas ao ensino ou ao trabalho escrito; ou, ainda, as contradições entre o que é permitido em um lugar mas não em outro podem tornar-se plataforma de luta para mudar os limites entre a discussão, o ensino e a escrita. Em primeiro lugar, a aceitação de narrativas de experiência pessoal, mesmo em uma parte estritamente delimitada da atividade da sala de aula, pode ser uma solução resultante de lutas anteriores para aí incluí-la.

O que se aplica aos limites entre as posições de sujeito e a convenções discursivas associadas geralmente se aplica aos elementos das ordens de discurso. Aplica-se também aos limites entre distintas ordens de discurso. A escola e a sua ordem de discurso podem ser consideradas em relação complementar e não sobrepostas a domínios adjacentes, como o lar ou a vizinhança, ou, por outro lado, contradições percebidas entre tais domínios podem virar plataforma de lutas para redefinir seus limites e suas relações; lutas, por exemplo, para estender as propriedades da relação pai/mãe–filho(a) e suas convenções discursivas à relação professor(a)–aluno(a) ou vice-versa, ou estender as relações e as práticas entre amigos na vizinhança e na rua à escola.

Os resultados de tais lutas são rearticulações de ordens de discurso, tanto das relações entre elementos nas ordens de discurso 'locais' como a da escola, como das relações entre ordens de discurso locais na ordem de discurso societária. Conseqüentemente, os limites entre os elementos (como também entre as ordens de discurso locais) podem variar entre relativamente fortes ou relativamente fracos (ver Bernstein, 1981), dependendo de sua articulação atual: os elementos podem ser descontínuos e bem definidos, ou podem ser pouco nítidos e mal definidos.

Nem se deve supor que esses 'elementos' sejam homogêneos internamente. Uma conseqüência da luta articulatória que tenho em mente é que os novos elementos são constituídos mediante a redefinição de limites entre os elementos antigos. Portanto, um elemento pode ser heterogêneo em sua origem, e mesmo que essa heterogeneidade histórica não seja sentida como tal quando as convenções são altamente naturalizadas, pode ser sentida como contradição no elemento, em condições diferentes. Um exemplo seria um estilo de ensino familiar que consiste na exploração pelos professores de uma rotina de perguntas e respostas estruturadas para obter dos alunos informações predeterminadas. Esse estilo não é necessariamente sentido em termos de uma contradição quando usado por professores com o propósito de dar ordens aos alunos mediante a solicitação de informações, mas pode ser entendido dessa maneira. Se aplicarmos o conceito de investimento nesse caso, pode-se dizer que os elementos, as ordens de discurso

mos de sua relação com as estruturas e as lutas sociais. Não se pode nem reconstruir o processo de produção nem explicar o processo de interpretação simplesmente por referência aos textos: eles são respectivamente traços e pistas desses processos e não podem ser produzidos nem interpretados sem os recursos dos membros. Uma forma de ligar a ênfase na prática discursiva e nos processos de produção, distribuição e consumo textual ao próprio texto é focalizar a intertextualidade do último: ver o item "Prática discursiva", a seguir.

A concepção tridimensional do discurso é representada diagramaticamente na Figura 3.1. É uma tentativa de reunir três tradições analíticas, cada uma das quais é indispensável na análise de discurso. Essas são a tradição de análise textual e lingüística detalhada na Lingüística, a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microssociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados. Aceito a afirmação interpretativa segundo a qual devemos tentar compreender como os membros das comunidades sociais produzem seus mundos 'ordenados' ou 'explicáveis'. Entendo que a análise de processos sociocognitivos na prática discursiva deva ser parcialmente dedicada a esse objetivo (embora faça sugestões a seguir de que ela apresenta dimensões 'macro' e 'micro'). Entretanto, argumentaria que, ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos. Assim, seus procedimentos e suas práticas podem ser investidos política e ideologicamente, podendo ser posicionados por eles como sujeitos (e 'membros'). Argumentaria também que a prática dos membros tem resultados e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais, dos quais outra vez eles geralmente não têm consciência. E, finalmente, argumentaria que os próprios procedimentos que os membros

usam são heterogêneos e contraditórios e contestados em lutas de natureza parcialmente discursiva. A parte do procedimento que trata da análise textual pode ser denominada 'descrição', e as partes que tratam da análise da prática discursiva e da análise da prática social da qual o discurso faz parte podem ser denominadas 'interpretação'. (Sobre essa distinção, ver Capítulo 6, "Conclusão".)

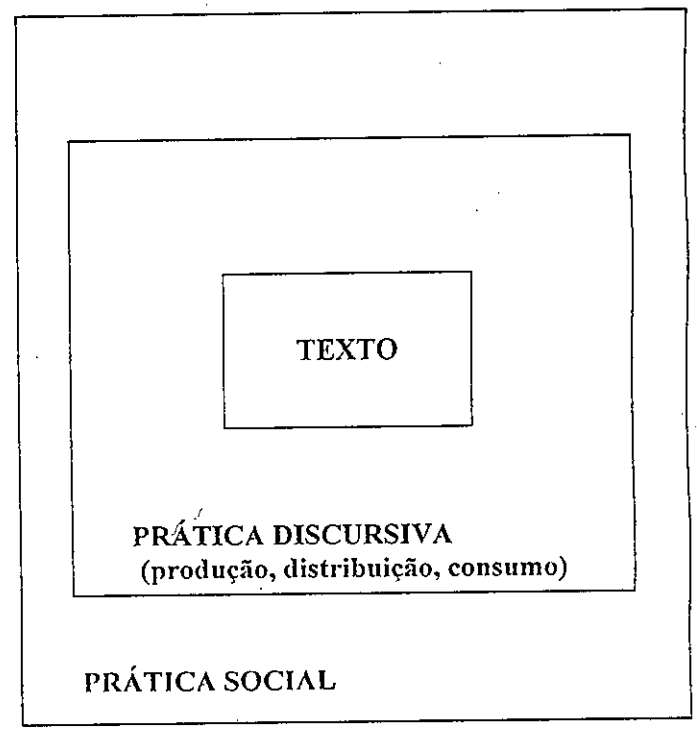

FIGURA 3.1 Concepção tridimensional do discurso

Discurso como texto

Por razões que se tornarão claras mais tarde, realmente nunca se fala sobre aspectos de um texto sem referência à produção e/ou

à interpretação textual. Por causa dessa sobreposição, a divisão dos tópicos analíticos entre análise textual e análise da prática discursiva (e também entre as atividades analíticas de descrição e interpretação) não é nítida. Onde os aspectos formais dos textos são mais destacados, os tópicos são aí incluídos; onde os processos produtivos e interpretativos são mais destacados, os tópicos são incluídos na análise da prática discursiva, mesmo que envolvam aspectos formais dos textos. O que proponho nessas duas categorias é um quadro analítico ou um modelo amplo; explicações seletivas mais detalhadas serão encontradas nos capítulos 4 e 5.

É uma hipótese de trabalho sensata supor que qualquer tipo de aspecto textual é potencialmente significativo na análise de discurso. Isso cria uma grande dificuldade. A análise lingüística é por si mesma uma esfera complexa e às vezes bastante técnica que incorpora muitos tipos e técnicas de análise. Embora uma experiência prévia em lingüística, em princípio, possa ser pré-requisito para fazer análise de discurso, na verdade a análise de discurso é uma atividade multidisciplinar e não se pode exigir uma grande experiência lingüística prévia de seus praticantes, do mesmo modo que não se pode exigir experiência prévia em sociologia, psicologia ou política. Nessas circunstâncias, o que pretendo fazer é: (1) oferecer, neste capítulo, um quadro analítico muito geral que tem o propósito de dar aos leitores um mapa da área em grande escala; (2) identificar, para análise mais detalhada e ilustração nos capítulos de 4 a 6, aspectos analíticos selecionados que parecem ser especialmente produtivos na análise de discurso; (3) abolir tanto quanto possível termos técnicos e jargão proibitivos; e (4) fornecer referências para os que desejem seguir linhas particulares de análise.

Algumas das categorias no quadro de análise textual a seguir são orientadas aparentemente para formas lingüísticas, enquanto outras aparentemente são orientadas para os sentidos. Entretanto, tal distinção é ilusória, porque ao analisar textos sempre se examinam simultaneamente questões de forma e questões de significado. Na terminologia de grande parte da lingüística e da semiótica do século XX, analisam-se 'signos', isto é, palavras ou seqüências mais longas de texto que consistem de um significado combinado com uma forma, ou de um 'significado' combinado com um 'significante' (ver Saussure, 1959). Saussure e outros na tradição lingüística enfatizam a natureza 'arbitrária' do signo, a concepção de que não há uma base motivada ou racional para combinar um significante particular com um significado particular. Contra isso, abordagens críticas da análise de discurso defendem que os signos são socialmente motivados, isto é, que há razões sociais para combinar significantes particulares a significados particulares. (Agradeço a Gunther Kress a discussão desse assunto.) Pode ser uma questão de vocabulário – 'terrorista' e 'lutador pela liberdade' são combinações contrastantes de significante e significado, e o contraste entre elas é socialmente motivado – ou uma questão de gramática (veja exemplos a seguir), ou outras dimensões da organização lingüística.

Outra distinção importante em relação ao significado é entre o significado potencial de um texto e sua interpretação. Os textos são feitos de formas às quais a prática discursiva passada, condensada em convenções, dota de significado potencial. O significado potencial de uma forma é geralmente heterogêneo, um complexo de significados diversos, sobrepostos e algumas vezes contraditórios (ver Fairclough, 1990a), de forma que os textos são em geral altamente ambivalentes e abertos a múltiplas interpretações. Os intérpretes geralmente reduzem essa ambivalência potencial mediante opção por um sentido particular, ou um pequeno conjunto de sentidos alternativos. Uma vez que tenhamos em mente a dependência que o sentido tem da interpretação, podemos usar 'sentido' tanto para os potenciais das formas como para os sentidos atribuídos na interpretação.

A análise textual pode ser organizada em quatro itens: 'vocabulário', 'gramática', 'coesão' e 'estrutura textual'. Esses itens podem ser imaginados em escala ascendente: o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos. Além disso, distingo três outros itens principais que não serão usados na análise textual, mas na análise da prática discursiva, embora certamente envolvam aspectos formais dos textos: a 'força' dos enunciados, isto é, os tipos

de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças, etc.) por eles constituídos; a 'coerência' dos textos; e a 'intertextualidade' dos textos. Reunidos, esses sete itens constituem um quadro para a análise textual que abrange aspectos de sua produção e interpretação como também as propriedades formais dos textos.

A unidade principal da gramática é a oração, ou 'oração simples' – por exemplo, a manchete de jornal "Gorbachev reduz o preço do exército vermelho". Os principais elementos das orações geralmente são chamados 'grupos' ou 'sintagmas' – por exemplo, 'o exército vermelho', 'reduz o preço'. As orações se combinam para formar orações complexas. Meus comentários aqui se restringirão a certos aspectos da oração.

Toda oração é multifuncional e, assim, toda oração é uma combinação de significados ideacionais, interpessoais (identitários e relacionais) e textuais (ver o item "Discurso", anteriormente). As pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença. Ilustrarei com a manchete de jornal anterior. Em termos do significado ideacional, a oração é transitiva: significa um processo de um indivíduo particular agindo fisicamente (note-se a metáfora) sobre uma entidade. Poderíamos muito bem ver aqui um investimento ideológico diferente de outras formas de significar os mesmos eventos – por exemplo, "A União Soviética reduz as Forças Armadas", ou "O exército soviético desiste das cinco divisões". Em termos do significado interpessoal, a oração é declarativa (oposta à interrogativa, ou imperativa) e contém uma forma verbal do presente do indicativo que é categoricamente autoritário. A relação autor(a)–leitor(a) aqui é entre alguém dizendo o que está acontecendo em termos seguros e alguém que recebe a informação: são essas as duas posições de sujeito estabelecidas na oração. Terceiro, há um aspecto textual: 'Gorbachev' é o tópico ou tema da oração, como geralmente ocorre com a primeira parte da oração: o artigo é sobre ele e seus atos. Por outro lado, se a oração fosse transformada em passiva, 'o preço do exército vermelho' passaria a ser o tema: "O preço do exército vermelho é reduzido (por Gorbachev)". Outra possibilidade oferecida pela passiva é o apagamento do

agente (entre parênteses), porque ele é desconhecido, já conhecido, julgado irrelevante, ou talvez para deixar vaga a agência e, conseqüentemente, a responsabilidade. A abordagem da lingüística crítica é particularmente interessante quanto à gramática (Fowler *et al.*, 1979; Kress e Hodge, 1979). O trabalho de Leech, Deuchar e Hoogenraad (1982) é uma introdução acessível à gramática, e Halliday (1985) faz uma apresentação mais avançada de uma forma de gramática particularmente útil à análise de discurso.

O 'vocabulário' pode ser investigado de muitas maneiras, e os comentários aqui e no Capítulo 6 são muito seletivos. Um ponto que precisa ser esclarecido é que tem valor limitado conceber uma língua com um vocabulário que é documentado 'no' dicionário, porque há muitos vocabulários sobrepostos e em competição correspondendo aos diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas. Os termos *wording*,[1] 'lexicalização' e 'significação' (sobre isso e outros aspectos do vocabulário, ver Kress e Hodge, 1979; Mey, 1985) captam isso melhor do que 'vocabulário', porque implicam processos de lexicalização (significação) do mundo que ocorrem diferentemente em tempos e épocas diferentes e para grupos de pessoas diferentes.

Um foco de análise recai sobre as lexicalizações alternativas e sua significância política e ideológica, sobre questões, tais como a 'relexicalização' dos domínios da experiência como parte de lutas sociais e políticas (é bem conhecido o exemplo de relexicalização de 'terroristas' como 'lutadores pela liberdade' ou vice-versa), ou como certos domínios são mais intensivamente lexicalizados do que outros. Outro foco é o sentido da palavra, particularmente como os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas: quero sugerir que as estruturações particulares das relações entre as palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia. Um terceiro foco recai sobre a metáfora, sobre a implicação política e ideológica de metáforas particulares e sobre o conflito entre metáforas alternativas.

Ao considerar-se a 'coesão' (ver Halliday e Hasan, 1976; Halliday, 1985), estamos concebendo como as orações são ligadas

[1] O termo *wording* significa a criação de palavras (N. da T.).

em frases e como as frases, por sua vez, são ligadas para formar unidades maiores nos textos. Obtém-se a ligação de várias maneiras: mediante o uso de vocabulário de um campo semântico comum, a repetição de palavras, o uso de sinônimos próximos, e assim por diante; mediante uma variedade de mecanismos de referência e substituição (pronomes, artigos definidos, demonstrativos, elipse de palavras repetidas, e assim por diante); mediante o uso de conjunções, tais como 'portanto', 'entretanto', 'e' e 'mas'. Focalizar a coesão é um passo para o que Foucault refere como "vários esquemas retóricos segundo os quais grupos de enunciados podem ser combinados (como são ligadas descrições, deduções, definições, cuja sucessão caracteriza a arquitetura de um texto)" (ver, no Capítulo 2, o item "A formação de conceitos"). Esses esquemas e seus aspectos particulares, como a estrutura argumentativa dos textos, variam entre os tipos de discurso, e é interessante explorar tais variações como evidências de diferentes modos de racionalidade e modificações nos modos de racionalidade, à medida que mudam as práticas discursivas.

'Estrutura textual' também diz respeito à 'arquitetura' dos textos e especificamente a aspectos superiores de planejamento de diferentes tipos de texto: por exemplo, as maneiras e a ordem em que os elementos ou os episódios são combinados para constituir uma reportagem policial no jornal, ou uma entrevista para emprego. Tais convenções de estruturação podem ampliar a percepção dos sistemas de conhecimento e crença e dos pressupostos sobre as relações sociais e as identidades sociais que estão embutidos nas convenções dos tipos de texto. Como sugerem esses exemplos, estamos interessados na estrutura do monólogo e do diálogo. O último envolve os sistemas de tomada de turno e as convenções de organização da troca de turnos do falante, como também as convenções para abrir e fechar entrevistas ou conversas.

Prática discursiva

A prática discursiva, como indiquei anteriormente, envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais. Por exemplo, os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos: um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção – no acesso a fontes, tais como nas reportagens das agências de notícia, na transformação dessas fontes (freqüentemente elas próprias já são textos) na primeira versão de uma reportagem, na decisão sobre o local do jornal em que entra a reportagem e na edição da reportagem (ver van Dijk, 1988, para uma discussão detalhada e mais geralmente sobre processos discursivos).

Há outras maneiras em que o conceito de 'produtor(a) textual' é mais complicado do que pode parecer. É produtivo desconstruir o(a) produtor(a) em um conjunto de posições, que podem ser ocupadas pela mesma pessoa ou por pessoas diferentes. Goffman (1981: 144) sugere uma distinção entre 'animador(a)', a pessoa que realmente realiza os sons ou as marcas no papel; 'autor(a)', aquele(a) que reúne as palavras e é responsável pelo texto; e 'principal', aquele(a) cuja posição é representada pelas palavras. Em artigos de jornal, há uma ambigüidade na relação entre essas posições: freqüentemente, o principal é uma 'fonte' fora do jornal, mas algumas reportagens não deixam isso claro e dão a impressão de que o principal é o jornal (o(a) editor(a) ou um(a) jornalista); e os textos de autoria coletiva muitas vezes são escritos como se fossem assinados por um(a) único(a) jornalista (que na melhor das hipóteses seria o(a) animador(a)). (Veja um exemplo em Fairclough, 1988b.)

Os textos também são consumidos diferentemente em contextos sociais diversos. Isso tem a ver parcialmente com o tipo de trabalho interpretativo que neles se aplica (tais como exame minucioso ou atenção dividida com a realização de outras coisas) e com os modos de interpretação disponíveis – por exemplo, geralmente não se lêem receitas como textos estéticos ou artigos acadêmicos como textos retóricos, embora ambos os tipos de leitura sejam possíveis. O consumo, como a produção, pode ser individual ou coletivo: compare cartas de amor com registros administrativos.

Alguns textos (entrevistas oficiais, grandes poemas) são registrados, transcritos, preservados, relidos; outros (publicidade não solicitada, conversas casuais) não são registrados, mas transitórios e esquecidos. Alguns textos (discursos políticos, livros-texto) são transformados em outros textos. As instituições possuem rotinas específicas para o 'processamento' de textos: uma consulta médica é transformada em um registro médico que pode ser usado para compilar estatísticas médicas (ver, no Capítulo 4, o item "Intertextualidade e transformações", para uma discussão de tais 'cadeias intertextuais'). Além disso, os textos apresentam resultados variáveis de natureza extradiscursiva, como também discursiva. Alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas.

Alguns textos têm distribuição simples – uma conversa casual pertence apenas ao contexto imediato de situação em que ocorre –, enquanto outros têm distribuição complexa. Textos produzidos por líderes políticos ou textos relativos à negociação internacional de armas são distribuídos em uma variedade de diferentes domínios institucionais, cada um dos quais possui padrões próprios de consumo e rotinas próprias para a reprodução e transformação de textos. Por exemplo, os telespectadores recebem uma versão transformada de um discurso pronunciado por Thatcher ou Gorbachev, versão que é consumida segundo hábitos e rotinas particulares de recepção. Produtores em organizações sofisticadas, como departamentos do governo, produzem textos de forma a antecipar sua distribuição, transformação e consumo, e neles constroem leitores múltiplos. Podem antecipar não apenas os 'receptores' (aqueles a quem o texto se dirige diretamente), mas também os 'ouvintes' (aqueles a quem o texto não se dirige diretamente, mas são incluídos entre os leitores) e 'destinatários' (aqueles que não constituem parte dos leitores 'oficiais', mas são conhecidos como consumidores de fato (por exemplo, os oficiais soviéticos[2] são destinatários em comunicações entre os governos da Organização do Tratado do

[2] Trata-se de oficiais da ex-União Soviética (N. da T.).

Atlântico Norte/OTAN). E cada uma dessas posições pode ser ocupada de forma múltipla.

Como indiquei anteriormente, há dimensões 'sociocognitivas' específicas de produção e interpretação textual, que se centralizam na inter-relação entre os recursos dos membros, que os participantes do discurso têm interiorizados e trazem consigo para o processamento textual, e o próprio texto. Este é considerado como um conjunto de 'traços' do processo de produção, ou um conjunto de 'pistas' para o processo de interpretação. Tais processos geralmente procedem de maneira não-consciente e automática, o que é um importante fator na determinação de sua eficácia ideológica (veja outros detalhes adiante), embora certos aspectos sejam mais facilmente trazidos à consciência do que outros.

Os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido duplo. Primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens de discurso e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de textos do tipo já referido e que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada. Segundo, pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira normativa, criativa, aquiescente ou opositiva) a eles se recorre. Um aspecto fundamental do quadro tridimensional para a análise de discurso é a tentativa de exploração dessas restrições, especialmente a segunda – fazer conexões explanatórias entre a natureza dos processos discursivos em instâncias particulares e a natureza das práticas sociais de que fazem parte. Dado o foco deste livro na mudança discursiva e social, é este aspecto dos processos discursivos – a determinação dos aspectos dos recursos dos membros a que se recorre e como se recorre – que é de maior interesse. Retornarei a isso, a seguir, na discussão da intertextualidade.

Mas, primeiro, quero falar um pouco em termos mais gerais sobre os aspectos sociocognitivos da produção e da interpretação e introduzir mais duas das sete dimensões de análise: 'força' e 'coerência'. A produção ou a interpretação de um texto (referir-me-ei apenas à interpretação em partes da discussão a seguir) ge-

ralmente é representada como um processo de níveis múltiplos e como um processo 'ascendente'–'descendente'. Nos níveis inferiores, analisa-se uma seqüência de sons ou marcas gráficas em frases no papel. Os níveis superiores dizem respeito ao significado, à atribuição de significados às frases, a textos completos e a partes ou a 'episódios' de um texto que consistem de frases que podem ser interpretadas como coerentemente conectadas. Os significados das unidades 'superiores' são construídos em parte dos significados das unidades 'inferiores'. Essa é a interpretação 'ascendente'. Entretanto, a interpretação também se caracteriza por predições sobre os significados das unidades de nível superior no início do processo de interpretação com base em evidência limitada, e esses significados preditos moldam a maneira como as unidades de nível inferior são interpretadas. Esse é o processamento 'descendente'. A produção e a interpretação são parcialmente 'descendentes' e parcialmente 'ascendentes'. Além disso, a interpretação ocorre no tempo real: a interpretação a que já se chegou para palavra, ou frase, ou episódio x excluirá outras interpretações possíveis para palavra, frase, ou episódio x + 1 (ver Fairclough, 1989a).

Esses aspectos do processamento textual contribuem para explicar como os intérpretes reduzem a ambivalência potencial dos textos, mostrando parte do efeito do contexto na redução da ambivalência, num sentido estreito de 'contexto' como o que precede (ou segue) em um texto. Entretanto, 'contexto' também inclui o que às vezes é chamado o 'contexto de situação': os intérpretes chegam a interpretações da totalidade da prática social da qual o discurso faz parte, e tais interpretações conduzem a predições sobre os sentidos dos textos que novamente reduzem a ambivalência pela exclusão de outros sentidos possíveis. De certo modo, essa é uma elaboração das propriedades 'descendentes' da interpretação.

Uma grande limitação da explicação dos processos sociocognitivos apresentada anteriormente é que geralmente ela é posta em termos universais, como se, por exemplo, o efeito do contexto no sentido e a redução da ambivalência fossem sempre os mesmos. Mas não é assim. A maneira como o contexto afeta a interpretação do texto varia de um tipo de discurso para outro, como Foucault indicou (ver, no Capítulo 2, o item "A formação de conceitos").

E, nesse sentido, as diferenças entre os tipos de discurso são socialmente interessantes porque apontam assunções e regras de base implícitas que têm freqüentemente caráter ideológico. Vou ilustrar esses pontos com uma discussão de 'força' (ver Leech, 1983; Levinson, 1983; Leech e Thomas, 1989).

A força de parte de um texto (freqüentemente, mas nem sempre, uma parte na extensão de uma frase) é seu componente acional, parte de seu significado interpessoal, a ação social que realiza, que 'ato(s) de fala' desempenha (dar uma ordem, fazer uma pergunta, ameaçar, prometer, etc.). Força está em contraste com 'proposição': o componente proposicional, que é parte do significado ideacional, é o processo ou a relação que é predicado das entidades. Assim, no caso de "Prometo pagar ao(à) portador(a) se exigida a soma de 5 libras",[3] a força é a de uma promessa, enquanto a proposição poderia ser representada esquematicamente como 'x paga y a z'. As partes dos textos são tipicamente ambivalentes em termos de força, podendo ter 'força potencial' extensiva. Por exemplo, "Você pode carregar a mala?" poderia ser uma pergunta, um pedido ou uma ordem, uma sugestão, uma reclamação, e assim por diante. Algumas análises de atos de fala distinguem força direta e indireta; poderíamos dizer, nesse caso, que temos alguma coisa próxima da força direta de uma pergunta, que poderia também possuir qualquer das outras forças alistadas como sua força indireta. Além disso, não é de forma alguma incomum que as interpretações permaneçam ambivalentes: às vezes, pode não estar claro se temos uma pergunta simples, ou também um pedido velado (e assim, se desafiado, negável).

O 'contexto' nos dois sentidos anteriores é um fator importante na redução da ambivalência da força. A posição seqüencial no texto é um poderoso preditor de força. Na acareação, qualquer coisa que o advogado diga a uma testemunha imediatamente após a resposta da testemunha pode ser interpretada como uma pergunta (o que não impede que seja interpretada simultaneamente como outras coisas, por exemplo, como acusação). Isso ajuda a explicar como é que as formas das palavras podem ter forças que

[3] Aproximadamente R$ 13,00 (treze reais) (N. da T.).

parecem altamente improváveis se as considerarmos fora do contexto. E, naturalmente, o contexto de situação, a natureza geral do contexto social, também reduz a ambivalência. Entretanto, antes que se possa recorrer ao contexto de situação, ou mesmo ao contexto seqüencial, para interpretar a força de um enunciado, deve-se ter chegado a uma interpretação sobre qual é o contexto de situação. Isso é análogo à interpretação textual: envolve uma inter-relação entre pistas e recursos dos membros, mas estes, nesse caso, são de fato um mapa mental da ordem social. O mapa mental é necessariamente apenas uma interpretação das realidades sociais que se prestam a muitas interpretações, política e ideologicamente investidas de formas particulares. Apontar o contexto de situação em termos do mapa mental fornece dois grupos de informações relevantes para determinar como o contexto afeta a interpretação do texto em qualquer caso particular: uma leitura da situação que ressalta certos elementos, diminuindo a importância dos outros, relacionando os elementos entre si de determinada maneira, e uma especificação dos tipos de discurso que provavelmente serão relevantes.

Assim, um efeito sobre a interpretação da leitura da situação é ressaltar ou diminuir a importância de aspectos da identidade social dos participantes, de modo que, por exemplo, o gênero, a etnia ou a idade do(a) produtor(a) do texto provavelmente afetam muito menos a interpretação no caso de um livro-texto de botânica do que no caso de uma conversa casual ou de uma entrevista para emprego. Assim, o efeito do contexto de situação sobre a interpretação textual (e produção textual) depende da leitura da situação. Por outro lado, o efeito do contexto seqüencial depende do tipo de discurso. Por exemplo, não podemos supor que uma pergunta sempre predisporá da mesma forma a interpretação do enunciado que a segue como resposta; depende do tipo de discurso. No discurso de sala de aula, as perguntas predizem fortemente as respostas; no discurso conversacional dentro de uma família, rotineiramente as perguntas podem deixar de ser respondidas sem qualquer sentido real de infringimento ou necessidade de reparação. Como argumentei no Capítulo 2, a ênfase unilateral no contexto seqüencial como determinante da interpretação sem o reconhecimento de tais variáveis é um aspecto insatisfatório da análise conversacional. Além disso, as diferenças entre os tipos de discurso dessa ordem são socialmente importantes: onde as perguntas devem ser respondidas, há uma probabilidade de que sejam tomadas como tácitas as assimetrias de *status* entre os papéis de sujeito nitidamente delimitados. Assim, a investigação dos princípios interpretativos que são usados para determinar o sentido permite compreender o investimento político e ideológico de um tipo de discurso.

Passemos agora da força à 'coerência' (ver De Beaugrande e Dressler, 1981, no Capítulo 5; Brown e Yule, 1983, no Capítulo 7). A coerência é tratada freqüentemente como propriedade dos textos, mas é mais bem considerada como propriedade das interpretações. Um texto coerente é um texto cujas partes constituintes (episódios, frases) são relacionadas com um sentido, de forma que o texto como um todo 'faça sentido', mesmo que haja relativamente poucos marcadores formais dessas relações de sentido – isto é, relativamente pouca coesão explícita (veja o último item). Entretanto, o ponto em foco é que um texto só faz sentido para alguém que nele vê sentido, alguém que é capaz de inferir essas relações de sentido na ausência de marcadores explícitos. Mas o modo particular em que é gerada uma leitura coerente de um texto depende novamente da natureza dos princípios interpretativos a que se recorre. Princípios interpretativos particulares associam-se de maneira naturalizada a tipos de discurso particulares, e vale a pena investigar tais ligações devido à luz que jogam sobre as importantes funções ideológicas da coerência na interpelação dos sujeitos. Isto é, os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são 'capazes' de compreendê-los e 'capazes' de fazer as conexões e as inferências, de acordo com os princípios interpretativos relevantes, necessários para gerar leituras coerentes. Tais conexões e inferências podem apoiar-se em pressupostos de tipo ideológico. Por exemplo, o que estabelece a ligação coerente entre as duas frases "Ela pede demissão do emprego na próxima quarta-feira. Está grávida" é o pressuposto de que as mulheres param de trabalhar quando têm filhos. À medida que os intérpretes tomam essas posições e automaticamente fazem essas conexões, são assujeitados pelo

texto, e essa é uma parte importante do 'trabalho' ideológico dos textos e do discurso na 'interpelação' dos sujeitos (veja o próximo item). Entretanto, existe a possibilidade não apenas de luta quanto a diferentes leituras dos textos, mas também de resistência às posições estabelecidas nos textos.

Agora quero voltar-me para a última das sete dimensões de análise e a que é de maior destaque nas preocupações deste livro: a 'intertextualidade' (ver Bakhtin, 1981, 1986; Kristeva, 1986a). Dedicarei todo o Capítulo 4 à intertextualidade; dessa forma, a discussão aqui pode ser breve. Intertextualidade é basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante. Em termos da produção, uma perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos: a maneira como eles sempre constituem acréscimos às 'cadeias de comunicação verbal' existentes (Bakhtin, 1986: 94), consistindo em textos prévios aos quais respondem. Em termos da distribuição, uma perspectiva intertextual é útil na exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro (por exemplo, os discursos políticos freqüentemente se transformam em reportagens). E em termos do consumo, uma perspectiva intertextual é útil ao acentuar que não é apenas 'o texto', nem mesmo apenas os textos que intertextualmente o constituem, que moldam a interpretação, mas também os outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação.

Farei uma distinção entre 'intertextualidade manifesta', em que, no texto, se recorre explicitamente a outros textos específicos, e 'interdiscursividade' ou 'intertextualidade constitutiva'. A interdiscursividade estende a intertextualidade em direção ao princípio da primazia da ordem de discurso que discuti, anteriormente, no item "Discurso". Por um lado, temos a constituição heterogênea de textos por meio de outros textos específicos (intertextualidade manifesta); por outro lado, a constituição heterogênea de textos por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens de discurso (interdiscursividade).

O conceito de intertextualidade toma os textos historicamente, transformando o passado – convenções existentes e textos prévios – no presente. Isso pode ocorrer de maneira relativamente convencional e normativa: os tipos de discurso tendem a transformar em rotina formas particulares de recorrer a convenções e a textos e a naturalizá-las. Contudo, pode ocorrer, criativamente, com novas configurações de elementos de ordens de discurso e novos modos de intertextualidade manifesta. São a historicidade inerente a uma concepção intertextual e a maneira como esta acomoda tão prontamente a prática criativa que a tornam tão adequada para minhas preocupações presentes com a mudança discursiva, embora, como argumentarei adiante (item "Hegemonia"), ela precise estar ligada a uma teoria de mudança social e política para a investigação da mudança discursiva dentro de processos mais amplos de mudança cultural e social.

Acredito que a análise da prática discursiva deva envolver uma combinação do que se poderia denominar 'microanálise' e 'macroanálise'. A primeira é o tipo de análise em que os analistas da conversação se distinguem: a explicação do modo preciso como os participantes produzem e interpretam textos com base nos recursos dos membros. Mas isso deve ser complementado com a macroanálise para que se conheça a natureza dos recursos dos membros (como também das ordens de discurso) a que se recorre para produzir e interpretar os textos e se isso procede de maneira normativa ou criativa. Na verdade, não se pode realizar microanálise sem esse conhecimento. E, naturalmente, a microanálise é a melhor maneira de expor tais informações: desse modo, fornece evidências para a macroanálise. Portanto, a microanálise e a macroanálise são requisitos mútuos. É devido a sua inter-relação que a dimensão da prática discursiva em minha teoria tridimensional pode mediar a relação entre as dimensões da prática social e do texto: é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto.

Uma implicação da posição que estou adotando nesta seção é que a maneira como as pessoas interpretam os textos em várias circunstâncias sociais é uma questão que requer investigação sepa-

rada. Embora o quadro que apresentei aponte a importância de considerar-se a interpretação em seu próprio mérito, deve-se notar que não foram incluídos neste livro estudos empíricos. (Para uma discussão de pesquisa sobre a interpretação de textos da mídia, ver Morley, 1980, e Thompson, 1990, no Capítulo 6.)

Discurso como prática social: ideologia e hegemonia

Meu objetivo nesta seção é explicar mais claramente aspectos da terceira dimensão de minha teoria tridimensional, discurso como prática social. Mais especificamente, discutirei o conceito de discurso em relação à ideologia e ao poder e situarei o discurso em uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da evolução das relações de poder como luta hegemônica. Ao fazer isso, recorro às contribuições clássicas do marxismo do século XX, de Althusser e Gramsci, que (não obstante a crescente impopularidade contemporânea do marxismo) oferecem uma teoria rica para a investigação do discurso como forma de prática social, embora com importantes reservas, especialmente no caso de Althusser.

Ideologia

A teoria de ideologia que tem sido muito influente no recente debate sobre discurso e ideologia é certamente a de Althusser (Althusser, 1971; Larrain, 1979), à qual me referi brevemente ao discutir Pêcheux no Capítulo 1. De fato, pode-se considerar que Althusser forneceu as bases teóricas para o debate, embora Voloshinov (1973) tenha sido uma importante contribuição bem anterior.

As bases teóricas que tenho em mente são três importantes asserções sobre ideologia. Primeiro, a asserção de que ela tem existência material nas práticas das instituições, que abre o caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo, a asserção de que a ideologia 'interpela os sujeitos', que conduz à concepção de que um dos mais significativos 'efeitos ideológicos' que os lingüistas ignoram no discurso

(segundo Althusser, 1971: 161, n. 16), é a constituição dos sujeitos. Terceiro, a asserção de que os 'aparelhos ideológicos de estado' (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente.

Se o debate sobre a ideologia e o discurso tem sido fortemente influenciado por essas posições, também tem sido prejudicado pelas limitações amplamente reconhecidas da teoria de Althusser. Particularmente, o trabalho de Althusser contém uma contradição não-resolvida entre uma visão de dominação que é imposição unilateral e reprodução de uma ideologia dominante, em que a ideologia figura como um cimento social universal, e sua insistência nos aparelhos como local e marco delimitador de uma constante luta de classe cujo resultado está sempre em equilíbrio. Com efeito, é a visão anterior que é predominante, havendo marginalização da luta, da contradição e da transformação.

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (Tal posição é semelhante à de Thompson (1984, 1990), de que determinados usos da linguagem e de outras 'formas simbólicas' são ideológicos, isto é, os que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação.) As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de 'senso comum'; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a 'transformação' aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. Quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica.

Afirmo que a ideologia investe a linguagem de várias maneiras, em vários níveis, e que não temos de escolher entre possíveis 'localizações' diferentes da ideologia que parecem todas parcialmente justificadas e nenhuma das quais parece inteiramente satisfatória (ver Fairclough, 1989b, para uma explicação mais detalhada da posição que adoto aqui). A questão-chave é se a ideologia é uma propriedade de estruturas ou uma propriedade de eventos, e a resposta é 'ambas'. E o problema-chave é encontrar, como já sugeri na discussão sobre o discurso, uma explicação satisfatória da dialética de estruturas e eventos.

Várias explicações tomam a ideologia como propriedade de estruturas ao localizá-la em alguma forma de convenção subjacente à prática lingüística, seja um 'código', uma 'estrutura' ou uma 'formação'. Isso tem a virtude de mostrar que os eventos são restringidos por convenções sociais, mas tem a desvantagem já referida de pender para uma desfocalização do evento no pressuposto de que os eventos são meras reproduções de estruturas, privilegiando a perspectiva da reprodução ideológica e não a da transformação, numa tendência de representação das convenções mais claramente delimitadas do que realmente são. Um exemplo disso são os primeiros trabalhos de Pêcheux. Outra fraqueza da opção da estrutura é que ela não reconhece a primazia das ordens de discurso sobre as convenções discursivas particulares: precisamos explicar os investimentos ideológicos das (partes das) ordens de discurso, não apenas as convenções individuais, e a possibilidade de investimentos diversos e contraditórios. Uma alternativa à opção da estrutura é localizar a ideologia no evento discursivo, ressaltando a ideologia como processo, transformação e fluidez. Mas isso pode conduzir a uma ilusão de que o discurso corresponde a processos livres de formação, a não ser que haja uma ênfase simultânea nas ordens de discurso.

Há também uma concepção textual da localização da ideologia, que se encontra na lingüística crítica: as ideologias estão nos textos. Embora seja verdade que as formas e o conteúdo dos textos trazem o carimbo (são traços) dos processos e das estruturas ideológicas, não é possível 'ler' as ideologias nos textos. Como argumentei no Capítulo 2, isso é porque os sentidos são produzidos por meio de interpretações dos textos e os textos estão abertos a diversas interpretações que podem diferir em sua importância ideológica e porque os processos ideológicos pertencem aos discursos como eventos sociais completos – são processos entre as pessoas – não apenas aos textos que são momentos de tais eventos. Alegações de descoberta dos processos ideológicos unicamente mediante a análise textual têm o problema, agora familiar na sociologia da mídia, de que os 'consumidores' de textos (leitores e telespectadores) parecem às vezes bastante imunes aos efeitos das ideologias que estão supostamente 'nos' textos (Morley, 1980).

Prefiro a concepção de que a ideologia está localizada tanto nas estruturas (isto é, ordens de discurso) que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras. É uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos.

Outra questão importante sobre a ideologia diz respeito aos aspectos ou níveis do texto e do discurso que podem ser investidos ideologicamente. Uma alegação comum é de que são os 'sentidos', e especialmente os sentidos das palavras (algumas vezes especificados como 'conteúdo', em oposição à forma), que são ideológicos (por exemplo, Thompson, 1984). Os sentidos das palavras são importantes, naturalmente, mas também o são outros aspectos semânticos, tais como as pressuposições (ver, no Capítulo 4, o item "Pressuposição"), as metáforas (ver, no Capítulo 6, o item "Metáfora") e a coerência. Já indiquei na seção anterior a importância da coerência na constituição ideológica dos sujeitos.

Uma oposição rígida entre 'conteúdo' ou 'sentido' e 'forma' é equivocada porque os sentidos dos textos são estreitamente interligados com as formas dos textos, e os aspectos formais dos textos em vários níveis podem ser investidos ideologicamente. Por exemplo, a representação de bruscas quedas no valor da moeda (*slumps*) e do desemprego relacionada a desastres naturais pode envolver uma preferência por estruturas oracionais intransitivas e atributivas em oposição a estruturas oracionais transitivas ("A moeda perdeu

o valor, milhões estão desempregados", em oposição a "Os investidores estão comprando ouro, as firmas sacaram milhões"; ver, no Capítulo 6, o item "Transitividade e tema", sobre esses termos). Em um nível diferente, o sistema de tomada de turno numa sala de aula ou as convenções de polidez que operam entre secretária e gerente implicam pressupostos ideológicos sobre as identidades sociais e as relações sociais entre professores e alunos, e gerentes e secretárias. Outros exemplos mais detalhados serão dados nos textos analisados nos capítulos de 4 a 6. Mesmo aspectos do 'estilo' de um texto podem ser investidos ideologicamente: ver minha análise (Capítulo 4, item "Intertextualidade e transformações") de como o estilo de um folheto do Departamento de Comércio e Indústria contribui para constituir o 'eu empresarial' como um tipo de identidade social. Não se deve pressupor que as pessoas têm consciência das dimensões ideológicas de sua própria prática. As ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, e as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos. Mesmo quando nossa prática pode ser interpretada como de resistência, contribuindo para a mudança ideológica, não estamos necessariamente conscientes dos detalhes de sua significação ideológica. Essa é uma razão para se defender uma modalidade de educação lingüística que enfatize a consciência crítica dos processos ideológicos no discurso, para que as pessoas possam tornar-se mais conscientes de sua própria prática e mais críticas dos discursos investidos ideologicamente a que são submetidas (ver Clark *et al.*, 1988; Fairclough, 1992 – a).

Esses comentários sobre a consciência podem ser ligados a questões sobre a interpelação dos sujeitos. O caso ideal na teoria althusseriana é o do sujeito posicionado na ideologia de tal maneira que disfarça a ação e os efeitos desta e dá ao sujeito uma autonomia imaginária. Isso sugere convenções discursivas altamente naturalizadas. Mas as pessoas são realmente subjugadas de formas diferentes e contraditórias; tal consideração começa a lançar dúvidas sobre o caso ideal. Quando a sujeição é contraditória – quando uma pessoa que opera num quadro institucional único e num único conjunto de práticas é interpelada de várias posições e puxada em

direções diferentes, por exemplo –, pode ser difícil manter a naturalização. A interpelação contraditória pode manifestar-se experiencialmente em um sentido de confusão ou incerteza e na problematização das convenções (ver o item "Mudança discursiva", adiante). Essas são as condições em que uma prática consciente e transformadora poderá mais facilmente desenvolver-se.

A teoria althusseriana do sujeito exagera a constituição ideológica dos sujeitos e, conseqüentemente, subestima a capacidade de os sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes, até mesmo no compromisso com a crítica e na oposição às práticas ideológicas (ver minhas reservas sobre Foucault a esse respeito no Capítulo 2, item "Foucault e a análise de discurso textualmente orientada"). Aqui também é importante adotar a posição dialética que defendi anteriormente: os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre o sujeito 'efeito' ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação.

Todo discurso é ideológico? Sugeri que as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder. Em princípio, as relações de poder podem ser afetadas pelas práticas discursivas de qualquer tipo, mesmo as científicas e as teóricas. Isso impede uma oposição categórica entre ideologia e ciência ou teoria que alguns autores que escrevem sobre linguagem/ideologia sugerem (Zima, 1981; Pêcheux, 1982). Mas daí nem todo discurso é irremediavelmente ideológico. As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia. Portanto, não aceito a concepção de Althusser (1971) de 'ideologia em geral' como forma de cimento social que é inseparável da própria sociedade. Além disso, o fato de que todos os tipos de discurso são abertos em princípio, e sem dúvida de certo modo

concretamente, ao investimento ideológico em nossa sociedade não significa que todos os tipos de discurso são investidos ideologicamente no mesmo grau. Não deve ser muito difícil mostrar que a publicidade em termos amplos é investida com mais vigor do que as ciências físicas.

Hegemonia

O conceito de hegemonia, que é a peça central da análise que Gramsci faz do capitalismo ocidental e da estratégia revolucionária na Europa Ocidental (Gramsci, 1971; Buci-Glucksmann, 1980), harmoniza-se com a concepção de discurso que defendo e fornece um modo de teorização da mudança em relação à evolução das relações de poder que permite um foco particular sobre a mudança discursiva, mas ao mesmo tempo um modo de considerá-la em termos de sua contribuição aos processos mais amplos de mudança e de seu amoldamento por tais processos. Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios.

Compreende-se a ideologia nesse quadro em termos que antecipam todos os avanços de Althusser (Buci-Glucksmann, 1980: 66), por exemplo, em sua focalização da materialização implícita e inconsciente das ideologias nas práticas (que as contêm como

'premissas' teóricas implícitas), considerando-se a ideologia "uma concepção do mundo que está implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e nas manifestações da vida individual e coletiva" (Gramsci, 1971: 328). Enquanto a interpelação dos sujeitos é uma elaboração althusseriana, há em Gramsci uma concepção de sujeitos estruturados por diversas ideologias implícitas em sua prática que lhes atribui um caráter 'estranhamente composto' (1971: 324) e uma visão de 'senso comum' tanto como repositório dos diversos efeitos de lutas ideológicas passadas, como alvo constante para a reestruturação nas lutas atuais. No senso comum, as ideologias se tornam naturalizadas ou automatizadas. Além disso, Gramsci concebia "o campo das ideologias em termos de correntes ou formações conflitantes, sobrepostas ou cruzadas" (Hall, 1988: 55-56), a que se referiu como 'um complexo ideológico' (Gramsci, 1971: 195). Isso sugere um foco sobre os processos por meio dos quais os complexos ideológicos são estruturados e reestruturados, articulados e rearticulados. (Há uma discussão importante de hegemonia e articulação em Laclau e Mouffe (1985) que constitui um precedente para minha aplicação desses conceitos ao discurso, embora sem a análise de textos reais que eu consideraria como essenciais à análise de discurso.)

Tal concepção de luta hegemônica em termos da articulação, desarticulação e rearticulação de elementos está em harmonia com o que disse anteriormente sobre o discurso: a concepção dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos; considerando-se as estruturas discursivas como ordens de discurso concebidas como configurações de elementos mais ou menos instáveis; e adotando uma concepção de textos que se centra sobre sua intertextualidade e sobre a maneira como articulam textos e convenções prévias. Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente (por

exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes.

Vamos tomar como exemplo o discurso político de Thatcher. Este pode ser interpretado como rearticulação da ordem discursiva política existente, que reuniu os discursos conservador tradicional, neoliberal e populista em uma nova mescla e também constituiu um discurso de poder político sem precedente para uma líder mulher. Tal rearticulação discursiva materializa um projeto hegemônico para a constituição de uma nova base e agenda política, que é uma faceta do projeto político mais amplo de reestruturação da hegemonia do bloco centrado na burguesia em novas condições econômicas e políticas. O discurso de Thatcher foi descrito nesses termos por Hall (1988) e Fairclough (1989a) e demonstra como essa análise pode ser realizada em termos de uma concepção de discurso semelhante à que foi introduzida anteriormente, de forma que explique os aspectos específicos da linguagem dos textos políticos de Thatcher (o que Hall não faz). Acrescentaria que a ordem de discurso rearticulada é contraditória: elementos autoritários coexistem com elementos democráticos e igualitários (por exemplo, o pronome inclusivo 'nós', que implica uma tentativa de falar para as pessoas comuns, coexiste com o uso de 'você' como pronome indefinido em exemplos como "Você fica doente com a chuva, não") e elementos patriarcais com elementos feministas. Além disso, a rearticulação das ordens de discurso é obtida não apenas na prática discursiva produtiva, mas também na interpretação: a compreensão de sentidos nos textos de Thatcher requer intérpretes que sejam capazes de estabelecer conexões coerentes entre seus elementos heterogêneos, e parte do projeto hegemônico é a constituição de sujeitos intérpretes para quem tais conexões são naturais e automáticas.

Entretanto, a maior parte do discurso se sustenta na luta hegemônica em instituições particulares (família, escolas, tribunais de justiça, etc.) e não em nível da política nacional: os protagonistas não são classes ou forças políticas ligadas de forma relativamente direta a classes ou a blocos, mas professores e alunos, a polícia e o público ou mulheres e homens. Em tais casos, a hegemonia também fornece tanto um modelo como uma matriz. Fornece um modelo: por exemplo, na educação, os grupos dominantes também parecem exercer poder mediante a constituição de alianças, integrando e não simplesmente dominando os grupos subalternos, ganhando seu consentimento, obtendo um equilíbrio precário que pode ser enfraquecido por outros grupos, e fazem isso em parte por meio do discurso e mediante a constituição de ordens discursivas locais. Fornece uma matriz: a obtenção de hegemonia em um nível societário requer um grau de integração de instituições locais e semi-autônomas e de relações de poder, de tal modo que as últimas sejam parcialmente moldadas por relações hegemônicas e lutas locais possam ser interpretadas como lutas hegemônicas. Isso dirige a atenção para as ligações entre as instituições e para ligações e movimento entre as ordens discursivas institucionais (ver o Capítulo 7, adiante, para uma análise de mudanças que transcendem as ordens discursivas particulares).

Embora a hegemonia pareça ser a forma organizacional de poder predominante na sociedade contemporânea, não é a única. Há também os resíduos de uma forma anteriormente mais evidente em que se atinge a dominação pela imposição inflexível de regras, normas e convenções. Isso parece corresponder a um modelo 'código' de discurso, que considera o discurso em termos da concretização de códigos com molduras e classificações fortes (Bernstein, 1981), e a uma prática normativa altamente arregimentada. Tal modelo contrasta com o que poderíamos chamar o modelo 'articulação' de discurso descrito anteriormente, que corresponde à forma organizacional hegemônica. Os modelos 'código' são altamente orientados para a instituição, enquanto os modelos 'articulação' são mais orientados para o(a) cliente/público; comparem-se formas tradicionais e formas mais recentes do discurso de sala de aula ou do discurso médico–paciente (discuto exemplos específicos do último no Capítulo 5). Por outro lado, autores do pós-modernismo sugerem uma forma organizacional emergente de poder que é bastante difícil de apontar, mas que representa uma outra mudança na orientação institucional associada a uma descentralização de poder explicitada e parece ligar-se a um modelo 'mosaico' de discurso que caracteriza a prática discursiva como

uma constante rearticulação de elementos minimamente restringidos. A prática discursiva que parece adequar-se a esse modelo foi identificada como 'pós-moderna' (Jameson, 1984), e o exemplo mais claro é a publicidade (ver Fairclough, 1989a: 197-211). Voltarei a esses modelos do discurso no Capítulo 7, em relação a uma discussão de determinadas tendências amplas que afetam as ordens de discurso contemporâneas.

Para resumir, no quadro tridimensional para a análise de discurso introduzido anteriormente, identifiquei como preocupação principal a descrição, para exemplos particulares de discurso, de conexão explanatória entre a natureza das práticas sociais de que fazem parte e a natureza de sua prática discursiva, incluindo os aspectos sociocognitivos de sua produção e interpretação. O conceito de hegemonia nos auxilia nessa tarefa, fornecendo para o discurso tanto uma matriz – uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – como um modelo – uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes. Isso fortalece o conceito de investimento político das práticas discursivas e, já que as hegemonias têm dimensões ideológicas, é uma forma de avaliar o investimento ideológico das práticas discursivas. A hegemonia também tem a virtude notável, no presente contexto, de facilitar o estabelecimento de um foco sobre a mudança, que é minha preocupação última neste capítulo.

Mudança discursiva

O foco deste livro é a mudança discursiva em relação à mudança social e cultural; sua justificativa teórica foi apresentada na Introdução em termos do funcionamento do discurso na vida social contemporânea. Esse deve ser um duplo foco, de acordo com a dialética entre as ordens de discurso e a prática discursiva ou o evento discursivo. Por um lado, precisamos entender os processos de mudança como ocorrem nos eventos discursivos. Por outro

lado, precisamos de uma orientação relativa à maneira como os processos de rearticulação afetam as ordens de discurso. Passo agora a discutir essas questões.

As origens e as motivações imediatas da mudança no evento discursivo repousam na problematização das convenções para os produtores ou intérpretes, que pode ocorrer de várias formas. Por exemplo, a problematização das convenções na interação entre mulheres e homens é uma experiência generalizada em várias instituições e domínios. Tais problematizações têm suas bases em contradições – neste caso, contradições entre as posições de sujeito tradicionais, em que muitos de nós fomos socializados, e novas relações de gênero. Num plano bem diferente, pode-se considerar que o discurso político de Thatcher surge da problematização de práticas discursivas tradicionais da direita em que se baseiam as relações sociais, as posições de sujeito e as práticas políticas, em circunstâncias em que se tornam aparentes as contradições entre elas e um mundo em mudança. Quando surgem problematizações, as pessoas se vêem diante do que Billig *et al.* (1988) denominam 'dilemas'. Com freqüência, elas tentam resolver esses dilemas ao serem inovadoras ou criativas, ao adaptarem as convenções existentes de novas maneiras e assim contribuírem para a mudança discursiva. A intertextualidade e, portanto, a historicidade inerente da produção e interpretação textual (ver o item "Prática discursiva", neste capítulo) constituem a criatividade como opção. A mudança envolve formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções existentes em novas combinações, ou a sua exploração em situações que geralmente as proíbem.

Tais contradições, dilemas e entendimentos subjetivos dos problemas em situações concretas têm suas condições sociais em contradições e lutas estruturais nos níveis institucional e societário. Retomando o exemplo das relações de gênero, a posição contraditória dos indivíduos nos eventos discursivos e os dilemas que disso resultam originam-se em contradições estruturais nas relações de gênero nas instituições e na sociedade como um todo. Entretanto, o que decisivamente determina a forma como essas contradições se refletem em eventos específicos é a relação desses eventos com as lutas que se desenvolvem ao redor das contradições.

Para polarizar as possibilidades que são muito mais complexas, um evento discursivo pode ser uma contribuição para preservar e reproduzir as relações e as hegemonias tradicionais de gênero e pode, portanto, ligar-se a convenções problematizadas, ou pode ser uma contribuição para a transformação dessas relações mediante a luta hegemônica; dessa forma, tentando resolver os dilemas pela inovação. Os próprios eventos discursivos têm efeitos cumulativos sobre as contradições sociais e sobre as lutas ao seu redor. Assim, para resumir, os processos sociocognitivos serão ou não inovadores e contribuirão ou não para a mudança discursiva, dependendo da natureza da prática social.

Vamos considerar a dimensão textual do discurso. A mudança deixa traços nos textos na forma de co-ocorrência de elementos contraditórios ou inconsistentes – mesclas de estilos formais e informais, vocabulários técnicos e não-técnicos, marcadores de autoridade e familiaridade, formas sintáticas mais tipicamente escritas e mais tipicamente faladas, e assim por diante. À medida que uma tendência particular de mudança discursiva se estabelece e se torna solidificada em uma nova convenção emergente, o que é percebido pelos intérpretes, num primeiro momento, como textos estilisticamente contraditórios perde o efeito de 'colcha de retalhos', passando a ser considerado 'inteiro'. Tal processo de naturalização é essencial para estabelecer novas hegemonias na esfera do discurso.

Isso conduz a nosso segundo foco, a mudança nas ordens de discurso. À medida que os produtores e os intérpretes combinam convenções discursivas, códigos e elementos de maneira nova em eventos discursivos inovadores estão, sem dúvida, produzindo cumulativamente mudanças estruturais nas ordens de discurso: estão desarticulando ordens de discurso existentes e rearticulando novas ordens de discurso, novas hegemonias discursivas. Tais mudanças estruturais podem afetar apenas a ordem de discurso 'local' de uma instituição, ou podem transcender as instituições e afetar a ordem de discurso societária. O foco de atenção na investigação da mudança discursiva deveria manter a alternância entre o evento discursivo e tais mudanças estruturais, porque não é possível avaliar a importância do primeiro para os processos mais amplos de

mudança social sem considerar as últimas, da mesma forma que não é possível avaliar a contribuição do discurso para a mudança social sem considerar o primeiro.

Ilustrarei as questões que poderiam ser investigadas dentro dos estudos de mudança nas ordens de discurso referindo-me a dois tipos relacionados de mudança que afetam atualmente a ordem de discurso societária. (Há uma discussão mais detalhada dessas questões no Capítulo 7, adiante.) Uma é a aparente democratização do discurso, envolvendo a redução de marcadores explícitos de assimetria de poder entre pessoas com poder institucional desigual – professores e alunos, gerentes e trabalhadores, pais e filhos, médicos e pacientes –, que é evidente numa diversidade de domínios institucionais. A outra é o que venho chamando de 'personalização sintética' (Fairclough, 1989a), a simulação de discurso privado face a face em discurso público para audiência em massa (imprensa, rádio, televisão). Ambas as tendências podem ser ligadas à influência do discurso conversacional do domínio privado do 'mundo da vida' nos domínios institucionais. Essas tendências sociais e discursivas são estabelecidas mediante luta e, além disso, são estabelecidas com estabilidade apenas limitada, com a perspectiva de que seus próprios elementos heterogêneos sejam considerados contraditórios, levando a posterior luta e mudança.

Um aspecto da abertura das ordens de discurso à luta é que os elementos de uma ordem de discurso não têm valores ideológicos ou modos fixos de investimento ideológico. Considere-se, por exemplo, o aconselhamento, o modo de conversar com as pessoas sobre elas mesmas e seus problemas, aparentemente não-diretivo, não-avaliativo, buscando estabelecer empatia, em situação de um para um. O aconselhamento tem suas origens na terapia, mas agora circula como técnica em muitos domínios institucionais, como efeito de uma reestruturação da ordem de discurso. Mas tal desenvolvimento é altamente ambivalente em termos ideológicos e políticos. A maioria dos terapeutas propõe oferecer espaço às pessoas como indivíduos num mundo que os trata cada vez mais como cifras, o que parece tornar o aconselhamento uma prática contra-hegemônica e sua colonização de novas instituições uma mudança liberadora. Entretanto, usa-se o aconselhamento agora de preferên-

cia a práticas de natureza explicitamente disciplinar em várias instituições, o que o faz parecer mais uma técnica hegemônica por trazer sutilmente aspectos das vidas particulares das pessoas para o domínio do poder. Aparentemente, a luta hegemônica ocorre parcialmente mediante o aconselhamento e sua expansão e parcialmente acima deste. Esse ponto está de acordo com a observação de Foucault:

> Os discursos são elementos táticos ou blocos que operam no campo de relações de força: pode haver discursos diferentes e mesmo contraditórios na mesma estratégia: podem, ao contrário, circular sem mudar sua forma de uma estratégia a outra que lhe seja oposta (1981: 101).

A exploração de tendências de mudança nas ordens de discurso pode trazer uma contribuição significativa aos debates atuais sobre mudança social. Os processos de mercado, a extensão dos modelos de mercado a novas esferas, podem ser investigados, por exemplo, mediante a recente colonização extensiva das ordens de discurso pela publicidade e outros tipos de discurso (ver Fairclough, 1989a, e o Capítulo 7, adiante). Se a democratização do discurso e a personalização sintética podem ser ligadas à democratização substancial da sociedade, também estão ligadas de maneira controvertida aos processos de marquetização e especificamente à aparente mudança no poder dos produtores para os consumidores, que é associada ao consumismo e às novas hegemonias a ele atribuídas. Também poderia haver uma dimensão discursiva útil nos debates sobre a modernidade e a pós-modernidade. Por exemplo, a democratização, a personalização sintética e o avanço da conversação nos domínios institucionais podem ser considerados aspectos de uma 'dediferenciação' dos domínios públicos e privados (Jameson, 1984) ou de uma fragmentação de práticas profissionais até agora estruturadas? (Ver Capítulo 7 para uma discussão mais completa.)

Conclusão

A abordagem do discurso e da análise de discurso que apresentei neste capítulo tenta integrar uma variedade de perspectivas

teóricas e métodos para o que é, assim espero, um poderoso recurso para estudar as dimensões discursivas da mudança social e cultural. Tentei combinar aspectos de uma concepção foucaultiana de discurso com a ênfase bakhtiniana na intertextualidade: a primeira inclui uma ênfase fundamental nas propriedades socialmente construtivas do discurso, a última enfatiza a 'textura' dos textos (Halliday e Hasan, 1976) e sua composição por meio de fragmentos de outros textos, e ambas apontam para o modo como as ordens de discurso estruturam a prática discursiva e são por ela estruturadas. Também tentei localizar a concepção dinâmica da prática discursiva e de sua relação com a prática social que emerge dessa conjuntura dentro de uma conceituação gramsciana de poder e de luta de poder em termos de hegemonia. Ao mesmo tempo, recorri a outras tradições na lingüística, à análise de discurso baseada no texto e à análise da conversação etnometodológica para a análise textual. Acredito que o quadro resultante nos permite combinar relevância social e especificidade textual ao fazer análise de discurso e explicar a mudança.